



ORGANIZAÇÃO:

ANA CLÁUDIA PORFÍRIO COUTO

EMERSON ARAÚJO DE CAMPOS

KÁTIA LÚCIA MOREIRA LEMOS

PEDRO AUGUSTO RESENDE AMORIM

GESPEL

em Ação

no CENTRO MG da REDE CEDES

GESPEL
em Ação no CENTRO MG da
REDE CEDES

Organizadores:
Ana Cláudia Porfírio Couto
Kátia Lúcia Moreira Lemos
Emerson Araújo de Campos
Pedro Augusto Resende Amorim

2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania
Osmar Gasparini Terra

Secretário Especial do Esporte
Décio dos Santos Brasil

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS
Washington Stecanela Cerqueira

Diretor do DEDAP
Angelo Roger Aroldo de França Costa

Diretor do DEGEP
Hélio da Costa Ferraz Neto

Coordenador-Geral da CGLIS
Clemente Mieznikowski

SECRETARIA ESPECIAL DO
ESPORTE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida
Reitora

Alessandro Fernandes Moreira
Vice-Reitor

Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Gustavo Pereira Côrtes
Diretor

Lygia Paccini Lustosa
Vice-diretora

**Centro de Desenvolvimento de
Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES de Minas Gerais**

Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto – UFMG
Coordenação Geral

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – UFMG
Coordenação Adjunta

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto

Prof. Dr. César Teixeira Castilho

Prof. Dr. Emerson Araújo de Campos

Profa. Dra. Ivana Montandon Soares Aleixo

Profa. Dra. Kátia Lúcia Moreira Lemos

Prof. Dr. Marcos Maciel

Prof. Dr. Rafael Fróis da Silva

Profa. Dra. Sheylazarth P. Ribeiro

Capa:

Mauro Costa Rodrigues

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação
UTOPIKA EDITORIAL

G391 GESPEL em ação no CENTRO MG da Rede CEDES / Ana Cláudia Porfírio Couto, Kátia Lúcia Moreira Lemos, Emerson Araújo Campos, Pedro Augusto Resende Amorim (orgs.). – Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019.
262 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-67783-06-2

1. Lazer. 2. Esporte. 3. Cultura. 4. Espaços públicos. I. Couto, Ana Cláudia Porfírio. II. Lemos, Kátia Lúcia Moreira. III. Campos, Emerson Araújo. IV. Amorim, Pedro Augusto Resende.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, incrementou-se significativamente no Brasil a produção acadêmica sobre políticas públicas de esporte e lazer. Tal expansão permite que uma das principais características do conhecimento científico se manifeste: a intersubjetividade. Em outras palavras, significa dizer que a produção acadêmica pode, assim, ultrapassar os limites das universidades e ser apropriada, criticada e ressignificada pela população.

É evidente que toda produção tem alguns grupos de interlocutores em especial. No caso de obras que focam as políticas públicas de esporte e lazer, podemos destacar gestores públicos que atuam nessa área. Cada vez mais esse grupo de profissionais, que ocupam cargos eletivos ou não, vale-se de pesquisas divulgadas para refletir sobre os problemas sociais e, posteriormente, planejar, implementar e avaliar suas ações. Nesse processo, não há dúvidas de que o acesso à produção acadêmica pelos gestores públicos contribui para que suas ações sejam mais efetivas e, em última instância, estejam em sintonia com o interesse público.

O ano de 2003 foi um marco para o Brasil nas pesquisas sobre ações públicas de esporte e lazer. Naquele ano, foram implantados os Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, que se transformariam, no ano seguinte, na Rede Cedes. Desde então, com diversas “idas e vindas”, esse programa têm congregado e apoiado pesquisadores que muito contribuem para o avanço científico brasileiro.

Atualmente, há um núcleo da Rede Cedes implementado em cada estado de nosso país. Em Minas Gerais, o núcleo está sediado na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, instituição com destaque nacional e internacional. É importante ressaltar o papel dessa universidade na sociedade brasileira. Com 91 anos de existência, essa instituição possui uma rica história e um valor social que pode ser constatado pela simples observação de alguns de seus números: cerca de 49 mil alunos (educação básica, superior e pós-graduação), quase 3 mil docentes, 77 cursos presenciais de graduação, 77 cursos de mestrado e 63 cursos de doutorado.

Esse livro, que tenho a grande honra de apresentar, foi produzido pelo núcleo de Minas Gerais da Rede Cedes, e congrega resultados de investigações realizadas no âmbito do GESPEL – Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte e do Lazer, vinculado à Escola de Educação Física,

Fisioterapia e Terapia Ocupacional. O GESPEL, é um dos 755 grupos de pesquisa da UFMG e, há uma década congrega docentes, alunos de graduação e pós-graduação e gestores de esporte e lazer.

No capítulo 1, intitulado *GESPEL no âmbito do Centro MG da Rede Cedes*, as autores Ana Cláudia Porfírio Couto, Kátia Lúcia Moreira Lemos e Ivana Montandon Soares Aleixo relatam e problematizam a produção de conhecimento em políticas de esporte e lazer a partir da experiência da Rede Cedes na UFMG e no estado de Minas Gerais.

Convidada para compor esta obra devido ao seu histórico de colaboração com a Escola de Educação Física da UFMG, a pesquisadora portuguesa Salomé Marivoet, no capítulo 2 (*Ética e Inclusão Social pelo Esporte*), discute o crescimento da importância social do esporte e seu consequente uso como estratégia de inclusão, o que pode se dar de diferentes maneiras.

Os capítulos 3 e 4 têm seus objetos de pesquisa relacionados à Copa do Mundo de futebol masculino que ocorreu no Brasil recentemente. No primeiro (*Impacto da Copa do Mundo 2014: “gentrificação” do futebol brasileiro*), César Castilho analisa os impactos do evento sobre as infraestruturas esportivas, as instituições implicadas e os torcedores dos clubes do país em quatro cidades que receberam a competição: Belo Horizonte, Manaus, Recife e Rio de Janeiro. Já no segundo (*Os megaeventos esportivos e o empresariamento dos equipamentos públicos de lazer: o caso do estádio Mineirão em Belo Horizonte pós Copa do Mundo FIFA de futebol 2014*), os autores Rafael Frois e Ana Cláudia Porfírio Couto problematizam transformações no Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão decorrentes do evento, com destaque para a percepção do torcedor sobre esse equipamento de lazer.

O entendimento que gestores municipais possuem do lazer é o tema abordado no capítulo 5, de autoria de Aládia Cristina Rodrigues Medina e Ana Cláudia Porfírio Couto. Intitulado *Reflexões sobre o entendimento do lazer na perspectiva de gestores do esporte e lazer no município de Nova Lima/MG*, o texto apresenta resultados empíricos de uma investigação realizada em duas gestões do município mineiro. A partir da visão desses agentes públicos, é possível refletir sobre os direcionamentos feitos às ações de lazer na localidade.

No capítulo seguinte, *Interfaces do lazer: as percepções dos trabalhadores do PELC na cidade de Groaíras/CE*, Elton Ferreira de Araújo apresenta reflexões sobre a atuação de trabalhadores nesse importante programa social de esporte e lazer desenvolvido no Brasil há mais de 15 anos. Segundo o autor, o interesse desses agentes sociais em atuar no programa relaciona-se à educação para e pelo lazer, à qualificação profissional e ao reconhecimento da cidade enquanto um espaço de integração social entre os cidadãos.

A formação profissional para atuação em ações públicas de esporte e lazer é o tema dos capítulos 7 e 8. No primeiro, intitulado *A construção de saberes dos profissionais que atuam com um programa intersetorial de lazer*, os autores Lucilene Alencar das Dores e Luciano Pereira da Silva discutem, a partir de uma experiência na cidade de Belo Horizonte, como profissionais de diferentes áreas avaliam sua formação inicial e buscam novos conhecimentos para atuarem em um programa social. No segundo, *Formação profissional na política pública de esporte educacional e as mediações com os coordenadores de núcleo do Programa Segundo Tempo*, o foco é a formação oferecida aos agentes sociais do Programa Segundo Tempo. A autora, Sheylazarth P. Ribeiro, problematiza a proposta inicial da capacitação oferecida no programa e os sentidos a ela atribuídos pelos coordenadores de núcleo.

No capítulo 9, *Gestão do conhecimento em projeto de lazer*, Cristina Carvalho de Melo e Ana Cláudia Porfírio Couto debatem os impactos que uma boa gestão do conhecimento pode ter em políticas públicas voltadas à garantia do direito ao esporte e ao lazer. Nessas ações, nas palavras das próprias autoras, “é preciso conciliar as competências individuais e o conhecimento, desenvolver uma cultura de compartilhamento de boas práticas, ampliar redes de relacionamento, valorizar os ativos intelectuais e aumentar sua capacidade de uso”.

Seja para diversão, busca de saúde ou socialização, a caminhada configura-se como uma das práticas corporais que mais crescem nas cidades nos últimos anos. Para discutir esse fenômeno, Priscila Dornas Castro apresenta no Capítulo 10 (*Pista de corrida e caminhada da avenida dos Andradas, Belo Horizonte/MG: práticas cotidianas e apropriação do espaço público*) o resultado de uma pesquisa empírica que objetivou traçar o perfil dos usuários de um local de caminhada e suas razões para apropriação desse espaço público de lazer.

Hardy Fink, diretor da Federação Internacional de Ginástica, é o autor do Capítulo 11, intitulado *An overview of the philosophy, content and impact of the FIG coach education programs*. Em seu texto, o autor apresenta e analisa o programa desenvolvido por esta federação para formar técnicos desportivos. De uma maneira geral, fica evidente uma política esportiva com princípios e diretrizes bastante claros, com impactos positivos para o desenvolvimento dessa importante modalidade.

As universidades públicas relacionam-se com as políticas de esporte e lazer de diferentes formas. Dentre elas, podemos destacar a formação que profissionais de educação física recebem, pois muitos deles serão, no futuro, agentes dessas ações. Nesse contexto, o texto apresentado como Capítulo 12 desse livro, cujo título é *Formação pedagógica pelas experiências da extensão universitária*, trata da rica formação que os estudantes de educação física podem receber a

partir de seu envolvimento com projetos de extensão. Para além do entendimento que a extensão faz parte da missão da universidade, as autoras do capítulo, Ivana Montandon Soares Aleixo e Myrian Nunomura, destacam a potencialidade formativa desse fenômeno.

No Capítulo 13, a pesquisadora Poliana Gonzaga Rocha aborda um tema ainda pouco presente no campo acadêmico: as vivência de lazer de indivíduos em situação de acolhimento institucional. Intitulado *A garantia do direito ao lazer nas “Casas Lares” de Belo Horizonte*, o capítulo trata, a partir de uma pesquisa empírica, das dificuldades enfrentadas para que o direito ao lazer seja efetivado para crianças moradoras dessas instituições.

As relações entre as trajetórias de vida juvenis e as vivências de lazer constituem a temática do Capítulo 14 (*Aspectos que demarcam as distintas trajetórias de vida dos(as) jovens na sociedade brasileira durante a vivência do lazer*). Na construção de sua narrativa, Tereza Nair de Paula Pachêco prioriza os seguintes aspectos: 1) desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, 2) relações de gênero, 3) características étnico-raciais. Assim, a autora problematiza circunstâncias históricas brasileiras que impedem ou dificultam que os jovens acessem práticas de lazer.

No Capítulo seguinte, intitulado *Cada jovem sente a dor e a delícia de trabalhar no que quer: análise da relação das juventudes e o trabalho*, o foco também é a juventude. Neste, porém, os autores do texto (Aldair Fernandes da Silva, Alam de Oliveira Silva e Ana Cláudia Porfírio Couto) destacam as relações desta com o mundo laboral. Em uma sociedade que possui centralidade no trabalho, apesar da reivindicação por lazer crescer em todas as camadas da população, são instigantes e problemáticas as diferentes relações que os jovens estabelecem com o primeiro emprego e com a pressão que sofrem para serem produtivos.

O *bullying* configura-se como um grave problema que passou a receber significativa atenção nas últimas décadas. No Capítulo 16 (*O bullying na visão dos estudantes de graduação da UFMG*), Fábio Henrique França Rezende aborda esta questão em uma perspectiva pouco usual: a visão de estudantes de graduação. Tal opção mostra-se relevante sobretudo por dois aspectos: é também a universidade um espaço em que estas práticas acontecem, com consequências nocivas a muitos indivíduos; além disso, o real conhecimento desse problema entre estudantes pode subsidiar ações educativas com impactos positivos tanto nas universidades como nos locais de trabalho posteriormente ocupados por estes indivíduos.

Por fim, no Capítulo 17, intitulado *Trajетória de mulheres na liderança de um grupo de pesquisa*, Emerson Araújo de Campos apresenta e discute, a partir do caso do GESPEL – Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte

e do Lazer, a liderança de grupos de pesquisa por mulheres. Tal tema mostra-se bastante oportuno, devido ao momento atual em que o protagonismo feminino na sociedade passa a ser combatido por alguns setores conservadores. Atualmente, metade dos grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) são liderados por mulheres, fato que só se tornou possível pela dedicação de pesquisadoras como as que são destacadas no texto.

Como o leitor pode perceber, este livro apresenta uma coletânea bastante rica de resultados de investigações. Todos os assuntos abordados compõem um processo amplo de reflexão sobre políticas públicas de esporte e lazer e alguns temas correlatos. Fica o convite à leitura. Tenho certeza que ela será bastante prazerosa e instigante.

Luciano Pereira da Silva
Março de 2019

SUMÁRIO

1. GESPEL NO ÂMBITO DO CENTRO MG DA REDE CEDES 17

Ana Cláudia Porfírio Couto

Katia Lúcia Moreira Lemos

Ivana Montandon Soares Aleixo

PARTE I

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE, SAÚDE E LAZER

2. ÉTICA E INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE 29

Salomé Marivoet

3. IMPACTO DA COPA DO MUNDO 2014: “GENTRIFICAÇÃO” DO FUTEBOL BRASILEIRO 45

César Teixeira Castilho

4. OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O EMPRESARIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER: O CASO DO ESTÁDIO MINEIRÃO, EM BELO HORIZONTE, PÓS COPA DO MUNDO FIFA DE FUTEBOL 2014 65

Rafael Frois

Ana Cláudia Porfírio Couto

5. REFLEXÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DO LAZER NA PERSPECTIVA DE GESTORES DO ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/MG 81

Aládia Cristina Rodrigues Medina

Ana Cláudia Porfírio Couto

6. INTERFACES DO LAZER: AS PERCEPÇÕES DOS TRABALHADORES DO PELC NA CIDADE DE GROAÍRAS/CE 95

Elton Ferreira de Araújo

7. A CONSTRUÇÃO DE SABERES DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM UM PROGRAMA INTERSETORIAL DE LAZER 109

Lucilene Alencar das Dores

Luciano Pereira da Silva

8. FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE EDUCACIONAL E AS MEDIAÇÕES COM OS COORDENADORES DE NÚCLEO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO 125

Sheylazarth P. Ribeiro

9. GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PROJETO DE LAZER 143

Cristina Carvalho de Melo

Ana Cláudia Porfírio Couto

**10. PISTA DE CORRIDA E CAMINHADA DA AVENIDA DOS ANDRADAS,
BELO HORIZONTE/MG:**

PRÁTICAS COTIDIANAS E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO 153

Priscila Dornas Castro

PARTE II

ASPECTOS PEDAGÓGICOS DO ESPORTE

11. AN OVERVIEW OF THE PHILOSOPHY,

CONTENT AND IMPACT OF THE FIG COACH EDUCATION PROGRAMS 173

Hardy Fink

**12. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PELAS EXPERIÊNCIAS DA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 183**

Ivana Montandon Soares Aleixo

Myrian Nunomura

PARTE III

PESQUISAS COM JUVENTUDE

**13. A GARANTIA DO DIREITO AO LAZER NAS
“CASAS LARES” DE BELO HORIZONTE 195**

Poliana Gonzaga Rocha

**14. ASPECTOS QUE DEMARCAM AS DISTINTAS TRAJETÓRIAS DE VIDA
DOS(AS) JOVENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA DURANTE A VIVÊNCIA DO LAZER 209**

Tereza Nair de Paula Pachêco

**15. CADA JOVEM SENTE A DOR E A DELÍCIA DE TRABALHAR NO QUE QUER:
ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS JUVENTUDES E O TRABALHO 225**

Alam de Oliveira Silva

Aldair Fernandes da Silva

Ana Cláudia Porfírio Couto

16. O BULLYING NA VISÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UFMG 237

Fábio Henrique França Rezende

PARTE IV

PESQUISAS SOBRE TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS

17. TRAJETÓRIA DE MULHERES NA LIDERANÇA DE UM GRUPO DE PESQUISA 251

Emerson Araújo de Campos

CADA JOVEM SENTE A DOR E A DELÍCIA DE TRABALHAR NO QUE QUER: ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS JUVENTUDES E O TRABALHO

Aldair Fernandes da Silva
Alam de Oliveira Silva
Ana Cláudia Porfírio Couto

RESUMO

Este artigo procura discutir as interfaces e articulações entre os construtos juventude e trabalho e lazer, considerando o sentido do trabalho para os jovens, as diferenças da primeira experiência entre as diversidades das juventudes, as relações de prazer-sofrimento existentes entre eles e o que prevê a legislação. Esta discussão sustenta-se em um ambiente no qual a percepção sobre os jovens dificulta sua inserção no mercado profissional, onde se percebe uma necessidade de entender a realidade vivenciada por esta juventude para serem articuladas maneiras de facilitar esse processo de inserção, mediante o alto índice de desemprego dessa camada da população. O tema foi tratado à luz da teoria e não como um modismo, apesar de ser constatada a insuficiência de estudos direcionados a esta linha de pesquisa no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Trabalho. Lazer. Inserção profissional. Prazer-sofrimento.

Introdução

Compreender as relações existentes entre as juventudes e o trabalho é uma tarefa complexa. É necessário entender que o trabalho faz parte de um contexto de experiências marcantes para os jovens. A dinâmica do primeiro emprego, as preocupações atuais e perspectivas futuras são fatores inerentes aos jovens das mais diferentes condições socioeconômicas e realidades culturais em todo o mundo. E, no Brasil, estas múltiplas possibilidades também são perceptíveis.

Pode-se entender a necessidade atual do jovem em se inserir no mercado de trabalho como uma necessidade de autossuficiência financeira, visando atender suas demandas de consumo típicos da idade, tais como roupas, tênis, CDs, eletrônicos etc. Outra grande parcela deste público tem sua inserção no mercado de trabalho visando condição para estudar ou até mesmo para ajudar nas despesas de casa. Além destas, inúmeras outras possibilidades poderiam ser levantadas e discutidas, pois cada jovem é um indivíduo e possui razões individuais que podem ou não ser analisadas coletivamente.

No contexto da juventude relacionada ao trabalho, é interessante levantar o seguinte questionamento: quais as condições de trabalho expostas à juventude e suas percepções em relação às diversas situações vivenciadas na busca por inserção profissional? Esta e outras perguntas são bastante importantes para, por meio do diálogo e da reflexão, analisar esta temática de estudo.

Portanto, o objetivo deste artigo não é o de esgotar esta questão, mas de analisar quais as situações inerentes ao trabalho que possam influenciar a juventude nos dias atuais. Este artigo é baseado na releitura de um construto teórico acerca do tema juventude, trabalho e lazer e pretende, com isto, contribuir, através da releitura da literatura, identificando fatores relevantes na condução desta discussão. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter qualitativo, visto que neste contexto existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. (PEREIRA-MATIAS, 2007).

Para chegar ao objetivo proposto, foi usada como coleta de dados a pesquisa bibliográfica, pois trata-se de em um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. (MARCONI E LAKATOS, 2009)

As juventudes e os diferentes sentidos do trabalho

O termo trabalho é originário do latim *tripalium*, que designa um instrumento de tortura. Por extensão, significa aquilo que fatiga ou provoca dor. Neste sentido, ainda pode-se compreender o trabalho como algo inerente ao ser humano.

Mesmo nos lugares em que as condições de trabalho são relativamente desagradáveis e as tarefas, monótonas, o trabalho tende a representar um elemento estruturador na composição psicológica das pessoas e no ciclo de suas atividades diárias. (GIDDENS, 2005, p.306).

Giddens (2005) apresenta ainda seis características do trabalho, as quais são relevantes neste ponto: dinheiro, nível de atividade, variedade, estrutura temporal, contatos sociais, identidade pessoal. A relação entre os jovens e o mundo do trabalho não se estabelece de maneira homogênea. Os jovens são inseridos no universo do trabalho por motivos diversos e diferentes entre uns e outros, bem como dão a ele significados distintos.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho pode se dar de diferentes modos e, como já mencionado, por diferentes motivos, seja objetivando uma preparação, como ocorre em estágios e iniciação por meio de curso de formação profissional ou por uma inserção por indicação, com ou sem meritocracia. Para jovens de camadas populares e classe econômica baixa, muitas vezes, a entrada imediata e precoce no trabalho se dá em geral por meio de trabalhos “sacrificantes”, os quais podem significar uma oportunidade de experiência necessária para a obtenção de melhores empregos.

O trabalho possibilita uma diversidade grande de significados para os jovens, sejam relacionados às experiências atuais ou às expectativas do futuro. Nesta perspectiva, é possível compreender diversos aspectos do trabalho, seja como valor, no sentido de conferir dignidade, seja como uma necessidade, como fonte de sobrevivência e geração de renda, ou como instância socializadora e de sociabilidade, também relacionado à independência pessoal e como fonte de autorrealização. Além, é claro, de compreender o trabalho no sentido de ser um direito.

Em estudo realizado no ano de 2014, do qual participaram 7.425 jovens entre 14 e 24 anos, de ambos os sexos, NSE (nível socioeconômico) baixo de jovens das cinco regiões do Brasil, Dutra-Thomé e Koller (2014) buscaram responder qual a palavra que possui o mesmo significado da palavra trabalho? E qual a palavra que possui o significado oposto ao da palavra trabalho? Verificaram que jovens de NSE baixo necessitam auxiliar financeiramente suas

famílias, entrando de maneira precoce e/ou desprotegida no mundo do trabalho. Diante do desafio de administrar atividades escolares e laborais, interrompem ou são prejudicados em seus estudos. E, em um mundo que exige elevado nível educacional para a entrada no mercado de trabalho, suas chances de progredir profissionalmente são afetadas. Realimenta-se, então, o círculo de pobreza no qual estão inseridos.

Quando o questionamento foi em relação às palavras análogas ao trabalho, a partir dos resultados do estudo foi possível perceber a visão de trabalho como expressão de uma troca entre a pessoa e o meio, bem como sua capacidade de compartilhar socialmente ideias e serviços. Dutra-Thomé e Koller (2014) relatam que estudos indicaram que jovens descrevem a atividade laboral como meio de ajudar as famílias, noção voltada para o cuidado com o próximo, e também como forma de adquirir autonomia (independência financeira e conquista da liberdade), em visão mais autocentrada.

Em oposição ao trabalho, quanto aos termos apresentados pelos jovens entrevistados nesta mesma pesquisa, aferiu-se a visão de trabalho como expressão de uma troca entre a pessoa e o meio, bem como sua capacidade de compartilhar socialmente ideias e serviços. Dutra-Thomé e Koller (2014) mencionam estudos que indicaram que jovens descrevem a atividade laboral como meio de ajudar as famílias, noção voltada para o cuidado com o próximo, e também como forma de adquirir autonomia (independência financeira e conquista da liberdade), em visão mais autocentrada.

Ressalta-se, a seguir, que os sentimentos de prazer e sofrimento resultantes da interação destes jovens no ambiente profissional possam ser relevantes ao analisar sua inserção no mercado de trabalho. E, em um mundo que exige elevado nível educacional para a entrada no mercado de trabalho, suas chances de progredir profissionalmente são afetadas. Estes adultos emergentes, afetados por um sistema e cultura globalizados, têm apresentado tendência a buscar atividades profissionais que considerem significativas e que promovam sua satisfação pessoal. Parecem menos tolerantes a relações abusivas de trabalho e primam por ter tempo para investir em atividades de lazer.

As relações de prazer e sofrimento no trabalho na percepção dos jovens

Quanto às possibilidades de compreensão do trabalho, é interessante definir a dicotomia prazer *versus* sofrimento que este conteúdo carrega. De acordo com o Stebbins (2008), nas relações de trabalho existem duas dimensões. Em um lado, estão as recompensas ou premiações, que podem ser pessoais,

como o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes e recompensas sociais, que envolvem a participação de um mundo social específico da atividade, associando-se a outros participantes, ajudando no desenvolvimento do grupo, sentindo-se parte necessária do grupo. No outro lado, estão os custos, entendidos como específicos de cada atividade, considerados em geral como desapontamentos, desgostos e tensões. Por isso, insere-se no contexto a dimensão de prazer-sofrimento a ser diagnosticada na realidade dos jovens trabalhadores.

Stebbins (2014) ressalta que a ética moderna do trabalho – que geralmente se posiciona a modo em que o ‘trabalho duro’ é considerado bom – é manifestada de, pelo menos, duas formas: o “*workaholism* e o *occupational devotion*”¹. De um modo geral, o âmbito deste último parece ter diminuído em alguns aspectos. Ele foi golpeado por forças como a desqualificação profissional, a reestruturação industrial (por exemplo a demissão de funcionários), a desindustrialização (por exemplo, o fechamento de fábricas); falhas nos programas de melhoria do trabalho e o excesso de trabalho, exigido pelos empregadores ou procurado pelos trabalhadores que desejam uma renda extra.

Uma das dificuldades de introdução do lazer nas organizações como objeto de estudos no Brasil é que o lazer é percebido como contraposição ao trabalho. Gomes (2008) constata que, enquanto no mundo do trabalho prevalece a vontade alheia que prescreve e determina ao trabalhador suas atividades, o mundo de lazer é visto como um espaço de liberdade, onde se pode fazer o que se bem entende.

Entretanto, para Stebbins (2014) pode haver prazer no trabalho assim como no lazer, e esse prazer é, no fundo, qualitativamente igual em ambos os mundos. Ou seja, tal prazer é basicamente um sentimento compartilhado, no qual as atividades essenciais no trabalho e no lazer que são tão fortemente atrativas – e que alimentam o prazer – são muito similares, e em alguns casos, literalmente idênticas.

Mendes e Ferreira (2001) destacam que pesquisas realizadas por Mendes (1995, 1999), Mendes e Linhares (1996) e Mendes e Abrahão (1996) indicam que o prazer é vivenciado quando o trabalho favorece a valorização e o reconhecimento, especialmente, pela realização de uma tarefa significativa e importante para a organização e a sociedade. O uso da criatividade e a possibilidade de expressar uma marca pessoal também são causas de prazer e, ainda, o orgulho e admiração pelo que se faz, aliados ao reconhecimento da chefia e dos colegas.

As vivências de sofrimento aparecem associadas à divisão e à padronização de tarefas com subutilização do potencial técnico e da

criatividade; rigidez hierárquica, com excesso de procedimentos burocráticos, ingerências políticas, centralização de informações, falta de participação nas decisões e não-reconhecimento; pouca perspectiva de crescimento profissional. Para Dejours (1995, 1997, 1998 *apud* MENDES, FERREIRA, 2001), o sofrimento, além de ter como causas a mecanização e robotização das tarefas, as pressões e imposições da organização do trabalho, a adaptação à cultura ou ideologia organizacional, representada nas pressões do mercado, as relações com os clientes e com o público, é também causado pela criação das incompetências, significando que o trabalhador se sente incapaz de fazer face às situações convencionais, inabituais ou erradas, quando acontece a retenção da informação que destrói a cooperação. Se origina, também, quando o trabalhador tem de fazer o que não fazia antes e esta diferença pode implicar reprovação, mas é uma traição ao próprio eu, um risco de perder a identidade, a promessa que fez a si mesmo, e que não pode ser resgatada, gerando uma “ferida” na sua cidadania. Situações de medo e de tédio também são responsáveis pela emergência do sofrimento.

Segundo Dejours (1987, 1993, 1994 *apud* MENDES e FERREIRA, 2001), ocorrem sintomas como a ansiedade e a insatisfação que são relacionados com a incoerência entre o conteúdo da tarefa e as aspirações dos trabalhadores, a desestruturação das relações psicoafetivas com os colegas, a despersonalização com relação ao produto, e frustrações e adormecimento intelectual. Apesar do sofrimento ser capaz de desestabilizar a identidade e a personalidade, conduzindo a problemas mentais, ele se torna elemento para a normalidade, quando existe um compromisso entre o sofrimento e a luta individual e coletiva contra ele. Sendo o saudável não uma adaptação, mas o enfrentamento das imposições e pressões do trabalho que causam a desestabilidade psicológica, tendo lugar o prazer quando esse sofrimento pode ser transformado.

Portanto, os resultados dos diálogos até aqui apresentados mostram que a atividade de trabalho constitui um dos elementos explicativos para a predominância de relações de prazer-sofrimento no trabalho. Evidencia-se que estas relações não devem ser menosprezadas pelas organizações, mas merecem um conhecimento maior para o embasamento do tema em questão.

Mendes e Tamayo (2001) realizaram um estudo que caracterizou a abordagem de uma nova disciplina na pesquisa: os valores, que estão definidos como princípios que guiam a vida da organização e estão estruturados em três dimensões bipolares: autonomia-conservação, estrutura igualitária-hierarquia e harmonia-domínio. O construto sofrimento-valores abordou sentimentos de valorização, reconhecimento e desgaste no trabalho. Os valores das organizações podem ser uma das fontes geradoras de prazer no trabalho,

desde que favoreçam uma organização do trabalho flexível, marcada pela possibilidade de negociações das regras e normas dos processos de trabalho, com participação dos trabalhadores e gestão coletiva das necessidades individuais e organizacionais. Quando os valores influenciam uma organização do trabalho marcada pela ausência de críticas e negociações das normas e regras, levando à naturalização das situações e à criação de verdades inquestionáveis, pode ter lugar o sofrimento no trabalho.

Este estudo foi realizado em uma empresa pública de abastecimento e saneamento do Distrito Federal. Participaram da pesquisa 554 empregados. A amostra foi estruturada e aleatória, tendo participado da pesquisa os empregados das áreas administrativa, técnica, operacional e comercial. O prazer-sofrimento foi medido pela Escala de Prazer-Sufrimento no Trabalho (EPST), de 5 pontos com 37 itens, validada por Mendes (1999).

Resultados da EPST indicam que na organização existe um predomínio da vivência de prazer e uma vivência de sofrimento relativamente moderada pela proximidade do resultado do fator desgaste com o ponto médio, significando que ambas existem para os trabalhadores dessa organização. Já no IVO (Inventário de Valores Organizacionais), o fator valorização do prazer no trabalho é correlacionado positivamente com os polos da autonomia, estrutura igualitária, harmonia e domínio. O fator reconhecimento apresenta correlação positiva com os polos da autonomia, conservação, estrutura igualitária, harmonia e domínio. O fator desgaste apresenta correlação negativa com o polo da autonomia, estrutura igualitária e domínio, prevalecendo para cada uma das dimensões um dos polos opostos.

Os resultados demonstram que o prazer-sofrimento não é excludente, ainda que para esta organização seja significativo o predomínio do prazer em relação ao sofrimento. Os trabalhadores desta organização possivelmente vivenciam prazer porque estabelecem relações significativas com sua tarefa e com os colegas e chefias, aspectos representados no fator valorização e reconhecimento, implicando que essa organização oferece condições necessárias para o trabalho ser fonte de prazer, mesmo que o sofrimento não esteja completamente ausente.

Neste sentido, o uso de escalas para medir o prazer-sofrimento fornece indicadores para se ter acesso a uma situação que extrapola o dado, que se configura em um conjunto de relações, na maioria das vezes dialética, que permite a interpretação e o avanço do conhecimento ao confrontar dados quantitativos e qualitativos, não sendo negligenciados para isso, os pressupostos da psicodinâmica do trabalho e possibilitando o diálogo com outras disciplinas. Apesar dos resultados encontrados, é proposto verificar em

novos estudos qual é a importância das situações críticas de trabalho, que conduzem às “falências” de estratégias de regulação, na gênese das vivências de sofrimento psíquico dos sujeitos; e como construir um *design* metodológico que incorpore de forma interativa os pressupostos teóricos das disciplinas no processo de investigação.

Este resultado, apesar de mostrar correlações entre valores e prazer-sofrimento, ainda apresenta limitações quanto à explicação de tais correlações, sendo necessária a indicação de mais estudos que venham a aprofundar e clarificar a natureza e a intensidade das relações entre as variáveis contextualizadas no público juvenil.

O trabalho como condição juvenil

Considerando que existem diversas características do trabalho que dão sentido ao cotidiano das pessoas, no caso específico da juventude, o trabalho faz parte da condição juvenil e, neste sentido a conciliação entre os estudos e o trabalho tem sido uma realidade para muitos jovens.

Tanto o emprego, quanto a falta deste são importantes temáticas para o estudo e análise, uma vez que o desemprego na atualidade pode ser considerado um problema social, para os jovens esta situação é ainda mais grave, considerando-se a falta de experiência. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua – elaborada pelo IBGE, no segundo trimestre de 2017, mostrou que as taxas de desocupação dos grupos de pessoas de 14 a 17 anos de idade (43,0%) e de 18 a 24 anos (27,3%), vem apresentando patamar superior ao estimado para a taxa média total².

Considerando esta atual realidade do Brasil, é possível inferir que o país tem dificuldades em estruturar uma rede de proteção social que torne viável um período de formação e preparação anterior ao trabalho para os diversos grupos de jovens.

Neste contexto, muitos jovens com baixo poder aquisitivo já possuem experiências desde a infância em atividades domésticas ou em pequenos “bicos”. No contexto rural, o trabalho também ocorre bastante cedo em alguns casos, seja no plantio e na colheita de outros agricultores, ou seja, no auxílio aos pais em suas atividades cotidianas. Estas atividades são consideradas, principalmente pelos familiares, como contribuição para a renda familiar, afastamento os jovens “da rua” e como desenvolvedoras do caráter dos jovens.

A inserção de jovens com poder aquisitivo melhor é diferente desta iniciação dos mais pobres. Neste caso, o início no mercado de trabalho se dá muitas vezes pela rede de relacionamentos, contatos, indicação, ou até mesmo nos negócios da própria família. Em geral, a entrada destes jovens no mercado

de trabalho se dá não por necessidade financeira, mas como parte do processo de escolha baseado em um planejamento de carreira, já pensado e estruturado desde cedo.

Por fim, cabe elencar alguns aspectos da legislação e acesso ao primeiro emprego. Leis estas que surgiram visando sanar as dificuldades das mudanças sociais do ambiente de trabalho e solucionar as questões da inclusão e permanência dos jovens no mercado de trabalho.

A questão da legislação referente ao acesso dos jovens ao mercado de trabalho ainda é algo que precisa se desenvolver, mas apresenta atualmente alguns mecanismos que são bastante interessantes e evoluídos se considera-se a inexistência de tais leis ou similares há algumas gerações.

Destaca-se, quanto a legislação, a Constituição Federal do Brasil de 1988³, a qual regulamentou o trabalho juvenil, de modo que permite a partir dos 16 anos de idade ou a partir de 14 anos, como aprendiz, além de determinar algumas condições que em tese garantem segurança e maior dignidade ao jovem trabalhador, como a proibição do trabalho à noite, em condições insalubres ou perigosas para os menores de 18 anos.

Outros instrumentos que merecem destaque são: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta, em seu Capítulo 5, vários aspectos relativos ao direito à profissionalização e à proteção ao trabalho; a Lei da Aprendizagem (lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000), que regula vários aspectos relativos ao contrato de adolescentes e jovens como aprendizes; e Lei do Estágio (lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008), que permite a contratação de estudantes na forma de estagiários.

Considerações finais

Ao fim da apresentação dos construtos realizados, infere-se que as percepções sobre o jovem dificultam sua inserção profissional no mercado, uma vez que os empregadores não levam em consideração o que os jovens pensam sobre o trabalho para que sejam desenvolvidas práticas de recursos humanos para sua adaptação e geração de resultados para as empresas. Foi constatado que, o jovem pode perceber o trabalho como expressão de uma troca entre a pessoa e o meio, bem como sua capacidade de compartilhar socialmente ideias e serviços, como meio de ajudar as famílias e também como forma de adquirir autonomia (independência financeira e conquista da liberdade).

Entretanto, a atividade laboral desperta o sentimento de prazer-sofrimento das pessoas nela inseridas, e a intenção de compreender a

percepção do jovem sobre esse cenário para proporcioná-lo um ambiente mais prazeroso, pode influenciar diretamente nos resultados organizacionais. Ao planejar suas atividades, deve-se considerar que o jovem busca atividades profissionais que considerem significativas e que promovam sua satisfação pessoal, parecem menos tolerantes a relações abusivas de trabalho e primam por ter tempo para investir em atividades de lazer ou considerar o trabalho prazeroso como uma forma de lazer também.

Para Stebbins (2014), pode haver prazer no trabalho assim como no lazer, e esse prazer é, no fundo, qualitativamente igual em ambos os mundos. Ou seja, tal prazer é basicamente um sentimento compartilhado no qual as atividades essenciais no trabalho e no lazer que são tão fortemente atrativas – e que alimentam o prazer – são muito similares, e em alguns casos, literalmente idênticas.

Para jovens de camadas populares e classe econômica baixa, muitas vezes, a entrada imediata e precoce no trabalho se dá em geral por meio de trabalhos “sacrificantes”, os quais podem significar uma oportunidade de experiência necessária para a obtenção de melhores empregos. Entretanto, estabelece-se um dilema para estes jovens com poder aquisitivo menor: em um lado estão as organizações que exigem uma qualificação melhor dos candidatos a uma vaga, e em outro, estes jovens tendo que abandonar os estudos para se candidatarem a empregos que garantam, pelo menos, sua subsistência ou de sua família. Por isso, ressalta-se a visão predominante sobre as condições de jovens com desenvolvimento econômico baixo neste construto.

Considerando que o desemprego na juventude está acima da média nacional total (IBGE, 2017), é possível perceber que o país não estruturou nenhuma rede de proteção social que tornasse viável um período de formação e preparação anterior ao trabalho para os diversos grupos de jovens. Existe uma legislação onde essa responsabilidade é repassada para o meio privado, retirando do Estado a obrigação de desenvolver economicamente comunidades locais, diminuindo essa carência de emprego e mão de obra qualificada.

Por fim, ao discutir as condições de trabalho às quais são expostas a juventude e suas percepções em relação às diversas situações vivenciadas na busca por inserção profissional, busca-se uma maior sensibilidade para este tema, carente de estudos, pesquisas e atenção por parte da administração pública e privada no Brasil. A discussão de políticas e ações públicas, além de práticas de RH nas empresas privadas, cujos princípios estejam alinhados às necessidades deste público em particular, poderão proporcionar maior adesão dos jovens aos programas propostos e uma relação de prazer predominante em sua inserção profissional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2007**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > .
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GOMES, C. M. Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil: Breve Trajetória Histórica. In: Seminário Lazer em Debate, 9, 2008. **Anais**. São Paulo, USP/Leste-CELAR/UFMG.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2008). Pesquisa: levantamento de dados. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Atlas, c.8, p.157-177.
- MENDES, A. M.; FERREIRA, M. C. (2001). Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. **Estudos Psicologia**, v.6, n.1, p.93-104.
- MENDES, A. M.; TAMAYO, Á. (2001). Valores Organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. **Revista Psico-USF**, v.6, n.1, p.39-46, jan./jun.
- PEREIRA-MATIAS, José (2007). Estrutura e um trabalho de pesquisa científica: método da pesquisa. In: PEREIRA-MATIAS, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, cap.4, p.59-83.
- STEBBINS, R. A. (2014). Quando o trabalho é essencialmente lazer. Tradução: Thayara Borzani Sanches Santos (GIEL/USP/CNPq). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.42-56, jan./abr.
- _____. (2008). **Serious Leisure: a perspective for our time**. New Jersey: Transaction.

NOTAS

- ¹ De acordo com Stebbins (2014), a expressão se relaciona ao vício no trabalho e a devoção ocupacional.
- ² Fonte: IBGE. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15693-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-cai-em-11-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2017.html> . Acesso em 24/10/17.
- ³ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

CURRÍCULO RESUMIDO DOS AUTORES

Aldair Fernandes da Silva

Bacharel em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Newton Paiva, Especialista em Administração de Recursos Humanos pela UNA-CEPEDERH e Mestre em Administração pela Faculdade de Pedro Leopoldo. Atualmente, professor do IFMG e pesquisador do GESPEL - EEEFTO/UFMG.

Alam de Oliveira Silva

Bacharel em Comunicação Social - habilitado em Relações Públicas pelo Centro Universitário Newton Paiva e Bacharelado em Educação Física – EEEFTO/UFMG.

Ana Cláudia Porfírio Couto

Professora Associada III na Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Doutora em Ciência do Desporto – Universidade do Porto/Portugal; Pós-Doutorado em Sociologia do Esporte e Lazer na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia/Portugal. Professora credenciada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em estudos do Lazer da EEEFTO – UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos em Sociologia Pedagogia do Esporte e Lazer – GESPEL.

E-mail: acpcouto@gmail.com